

A contaminação irônica na crônica machadiana: O velho senado

Iasmim Santos Ferreira

Universidade Federal de Sergipe (PPGL-UFS)

RESUMO

Este trabalho analisa, à luz da “contaminação irônica” da tradição luciânica, a crônica “O Velho Senado”, de Machado de Assis, a qual apresenta um retrato de valor histórico e literário para a compreensão da política brasileira. Para tanto, recorreremos aos estudos de Brandão (2001) e Sá Rego (1989), que versam sobre essa tradição, e a outros, para subsidiar as análises do gênero crônica e dos recursos cômicos utilizados; a saber, Brayner (1982), Cardoso (1992), Candido (1992), Freud (1977), Bergson (2007).

Palavras-chave: Machado de Assis. Crônica. Política.

ABSTRACT

This work analyzes, in light on “ironic contamination” for the lucianic tradition the chronicle “O Velho Senado”, by Machado de Assis, that represents a portrait of historical and literary value to the comprehension of Brazilian policy. To do so, we resort the Brandão (2001) and Sá Rego (1989) studies, that talk about this tradition; and others, to subsidize the analyses of the chronicle genre and the used comic resources, knowing, Brayner (1982), Cardoso (1992), Candido (1992), Freud (1977), Bergson (2007).

Keywords: Machado de Assis. Chronicle. Policy.

*Recebido em 26/06/2018
Aprovado em 04/10/2018*

Uma volta machadiana ao Senado de 1860

A literatura não tem por finalidade e nem compromisso adentrar os territórios histórico, político, filosófico, místico ou qualquer outro que seja, mas sem pedir licença a quem quer que seja, toca em qualquer questão que diz respeito à vida. Por ser a humanidade organizada em sociedades, não há como a literatura não enveredar no social. Por ser o humano o tecedor de um construto social-histórico, a literatura pisa no cerco da história. Somos mulheres e homens por natureza políticos, por consequência, o literário se embrenha firmemente na esfera política. Somos atravessados pelas indagações do viver e estas desaguam na filosofia e no misticismo (em qualquer forma espiritual cunhada pelas mais diversas religiões), logo a palavra poética entremeia-se da filosofia e do místico.

Joaquim Maria Machado de Assis não foi um historiador, um cientista político, um filósofo, um representante de qualquer religião que seja, mas um escritor que atravessou correntes do romantismo ao realismo. E como qualquer outro escritor caminhou pelos solos histórico, político, filosófico, místico, transitando-os à sua maneira. Há muitos vieses pelos quais podemos ler a obra machadiana, como a sua fortuna crítica já provou; em sua maioria, voltam-se aos romances e contos, e pouco à crônica, apesar de

ser o gênero discursivo que Machado mais produziu¹. No entanto, nosso olhar se dirige a sua produção no jornal, na qual fatos ameadados e despretensiosos ganham uma proporção filosófica e social. A palavra na crônica torna-se leve e profunda e penetra em diversas camadas na sociedade.

Nosso cronista percorre o espaço histórico-político do Brasil de 1860, sem ter o compromisso de um historiador ou cientista político, gozando a liberdade da arte literária e a responsabilidade do fazer poético, Machado vive e registra a instabilidade ministerial do Segundo Reinado, perpassado das relações conflituosas entre o Executivo e o Legislativo e da mudança das regras eleitorais, pois a partir de 1850 passa-se ao modelo distrital, ou seja, cada membro do parlamento é eleito individualmente dentro da sua delimitação geográfica.

Em *O Império Revisitado* (2012), o estudioso Sérgio Eduardo Ferraz mostra que durante esse período houve uma grande rotatividade entre 37 gabinetes e cada formação governamental ficou no poder por pouco mais de um ano; enfatiza, ainda, que os conflitos entre o Legislativo e o Executivo foram o principal desencadeador da queda de gabinetes. Assim, “os gabinetes do Segundo Reinado, para permanecer no poder, sempre dependeram da dupla delegação da Câmara e da Coroa” (FERRAZ, 2012, p. 13). Com isso, “mais de 85% das experiências de governo do período terminaram por conta da perda de sustentação junto a uma e/ou outra dessas duas âncoras do sistema político” (FERRAZ, 2012, p. 13). Desse modo, os gabinetes ficavam a mercê da Câmara e da Coroa e quando rompiam com uma dessas, perdiam o seu espaço ministerial.

Machado registra, ao modo luciânico, o cenário político do Brasil de 1860 por meio da crônica “O Velho Senado”, publicada originalmente em *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, 1898. Consideramos, por assim dizer, como “modo luciânico” a vinculação de Machado à linhagem luciânica que se configura numa tradição de sátira advinda de Menipo de Gadara, a sátira menipéia, aprofundada pelo sírio helenizado Luciano de Samósata, um escritor do século II d. C. Segundo Sá Rego (1989), essa tradição se caracteriza por: questionamento genérico, estilo fragmentário, paródia, caráter não-moralizante, citações truncadas, ponto de vista distanciado do *Kataskopos* (observação distanciado do objeto analisado). Os estudos de Brandão (2001) e de Sá Rego (1989) mostram a retomada dessa tradição nos escritos de Machado. No entanto, não há estudos que se dediquem a mostrar a acentuada presença do lucianismo nas crônicas. Destarte, nosso trabalho visa a análise da crônica “O Velho Senado”, à luz dos estudos de Brandão (2001) e Sá Rego (1989), os quais frisam a influência da tradição luciânica nos escritos de Machado. Recorremos a outros estudos teóricos para subsidiar o estudo do gênero crônica e dos recursos cômicos utilizados, a saber, Brayner (1982), Cardoso (1992), Candido (1992), Freud (1977), Bergson (2007). Nosso *corpus* pode ser analisado por diferentes abordagens; optamos por lê-lo pelo prisma da tradição luciânica, conseguinte do cômico que está imerso nessa tradição e se evidencia na produção de Machado. Nossa análise busca mapear os sentidos engendrados que transitam do literário ao político, permitindo-nos dar uma volta ao senado de 1860.

À moda luciânica: uma “litografia” da política brasileira no Segundo Reinado

A crônica “O Velho Senado” se inicia apresentando uma visão distanciado do objeto de análise: o cenário político. Para promover esse distanciamento, Machado diz ter “uma visão do Senado de 1860”, anterior ao período de publicação da crônica. Essa volta ao tempo para dialogar com ações passadas, numa visita ao passado mais remoto e ao mais próximo do presente, é próprio do diálogo luciânico, assim como o modo distanciado de observar o objeto de análise, o chamado ponto de vista distanciado do *Kataskopos*, segundo Sá Rego (1989). Assim, na visão da voz enunciativa:

1. Em consulta ao portal <machado.mec.gov.br>, no qual consta toda a obra de Machado, tomamos conhecimento da existência de mais de 400 crônicas, superando, quantitativamente, a produção dos demais gêneros pelo autor.

A propósito de algumas litografias de Sisson, tive há dias uma visão do Senado de 1860. Visões valem o mesmo que a retina em que se operam. Um político, tornando a ver aquele corpo, acharia nele a mesma alma dos seus correligionários extintos, e um historiador colheria elementos para a história. Um simples curioso não descobre mais que o pinturesco do tempo e a expressão das linhas com aquele tom geral que dão as coisas mortas e enterradas (ASSIS, 1898, p. 1).

O cronista, sob a desculpa de algumas litografias do francês Sébastien Auguste Sisson, caricaturista e editor que se instalou na cidade do Rio de Janeiro, diz ter “uma visão do Senado de 1860”. Além do distanciamento, essa postura machadiana mostra-se irônica, pois sob o pressuposto de uma visão, ele discute questões corriqueiras e nacionais do cenário político, e ao afirmar “Visões valem o mesmo que a retina em que se operam” equipara a sua visão à retina, que é a responsável pela formação de imagens, funcionando como uma espécie de tela para projetar as imagens vistas. A visão de Machado, tal qual a retina, está manobrando as imagens e projetando-as para dialogar com o seu leitor e fazê-lo enxergá-las também; o modo de dizer em nome da visão é um mecanismo da ficcionalidade. Assim como Luciano de Samósata admite o caráter ficcional de sua obra², superando a ficção e fazendo ficcionalidade, Machado também se mostra consciente do que está fazendo por meio de sua escrita, e explicita essa consciência, ora afirmando sobre o trabalho com a crônica, seus limites, modo de produção e, às vezes, até mesmo a falta de assunto³; ora com uma invenção de um defunto-autor (em *Memórias Póstumas*) ou uma visão para falar do Senado (como na crônica em questão). Atentemos para o fato de Machado iniciar citando as litografias de Sisson, que é seu contemporâneo⁴, e depois introduzindo a ideia da visão. O cronista está imprimindo, à moda de litografia, numa “dita visão”, que funciona como retina, o que é o Velho Senado.

A relação machadiana com os fatos e a visão criada pela voz enunciativa mostram-se distintas da do político e da do historiador. A crônica diz que o primeiro veria políticos que o antecederam, aliados ou não. O segundo sugaria o máximo dos fatos históricos. Nosso cronista nem é político, nem historiador. Portanto, coloca-se numa posição de curioso: “Um simples curioso não descobre mais que o pinturesco do tempo e a expressão das linhas com aquele tom geral que dão as coisas mortas e enterradas”. Denominar-se como “um simples curioso” é uma ironia, pois não se trata de um mero curioso, mas de um escritor que busca na verve do tempo dialogar com o real, o verossímil, o impossível; esse diálogo com o tempo

2. Em seus estudos, Brandão analisa a condição da poética luciânica e chega à conclusão de que não se trata de apenas textos ficcionais, mas de uma consciência madura do fazer poético, ao ponto de pactuar essa tarefa com o seu leitor. Assim “Poderíamos afirmar que Homero estaria na esfera do fictício, enquanto Luciano dá o salto para o ficcional. De fato, o pacto com o leitor, no primeiro baseia-se na verdade da Musa; Luciano pretende um novo pacto, que parte da admissão da ficcionalidade de sua ficção, como decorrência do próprio reconhecimento da ákratos eleuthería como marca distintiva desta” (BRANDÃO, 2001, p. 270). O crítico reflete ainda sobre a questão de a modernidade deter essa percepção da ficcionalidade, que na verdade já se faz presente desde o século II com os escritos de Luciano. Sendo assim não é algo exclusivamente da modernidade como pensam alguns.

3. Na crônica de “30 de novembro de 1862”, Machado descreve as condições e limitações da crônica no jornal. Em suas palavras: “Se fosse possível a comunicação de todos os fatos da vida particular entre o cronista e os seus leitores, eu daria aqui as razões do desconchavo em que vai esta revista, escrita a todo o vapor, para satisfazer às exigências da tipografia. Mas, como não é possível, limito-me a lamentar que assim seja e a despedir-me para a quinzena seguinte”. Ainda, na crônica datada de 1º de Maio de 1863 da série “O Futuro” transforma a falta de assunto num assunto: “me aflige o desfalque de assunto para a crônica desta quinzena”. No entanto, o autor acredita na crônica como um gênero de maior difusão entre as diferentes camadas sociais: “A primeira propriedade do jornal é a reprodução amiudada, é o derramamento fácil em todos os membros do corpo social”. Ademais, é um meio perspicaz para inserção de novas ideias: “Depois uma reflexão, depois um braço que se ergue, um palácio que se invade, um sistema que cai, um princípio que se levanta, uma reforma que se coroa. Malévola faculdade — a palavra!” (“A Reforma pelo Jornal”, 1859).

4. Sisson falece em 08 de fevereiro de 1898, posteriormente à publicação dessa crônica. Sendo, portanto, um contemporâneo de Machado, ambos estavam no Rio de Janeiro, cada um, a sua matéria imprimia a realidade do país; Sisson nas litografias e Machado na crônica, representando e discutindo as figuras políticas. Vale frisar que o diálogo com os contemporâneos é próprio da linhagem luciânica, visto que Luciano trazia em seus escritos os retores, os filósofos, os guerreiros, para então dialogar amplamente, num processo que visita os antepassados, os contemporâneos e injeta para os futuros “a contaminação irônica”, como descreve Brandão (2001, p. 353).

nessa proporção tríade é própria da tradição luciânica⁵. Ressaltamos a literatura como um espaço de confluências entre outras áreas do saber, como mencionado no início deste trabalho.

Em prosseguimento, a crônica penetra na visão e reporta um encontro de Machado com Quintino Bocaiúva para um chá, este último foi tipógrafo, revisor, político e advogado. A crônica retrata o senado de 1860, período em que Bocaiúva trabalhou no *Diário do Rio de Janeiro* e em seguida no *Correio Mercantil*. Machado o descreve, quebrando o tom da descrição que tinha por objetivo apresentar o teor da conversa, e não características do seu companheiro de chá: “era então uma gentil figura de rapaz, delgado, tez macia, fino bigode e olhos serenos” (ASSIS, 1898, p.1). Quanto aos seus “gestos lentos e ar distant”, Machado afirma ser o “que Taine achou em Mérimée” (ASSIS, 1898, p.1), fazendo uma comparação entre Bocaiúva e o senador francês Mérimée, arqueólogo, historiador e escritor romântico. O cronista incorpora a opinião do historiador, crítico e pensador francês Hippolyte Taine. É próprio de Machado dialogar com outras figuras importantes para alinhar ou distanciar um pensamento, às vezes só para troçar ou incrementar algo, como faz nessa situação.

Ainda, parece fazer uma analogia com Paul-Armand Challemeil-Lacour, um estadista francês, ao dizer: “très républicain de conviction et très aristocrate de tempérament” (ASSIS, 1898, p.1), ou seja, republicano de convicção e aristocrático no temperamento. Porém, conclui que “O nosso Bocaiúva era só a segunda parte, mas já então liberal bastante para dar um republicano convicto” (ASSIS, 1898, p.1). Assim, por mais que tivesse um temperamento aristocrático, detinha a posição política liberal.

Em seguida, revela como ocorreu a conversa, primeiro sobre as letras, depois sobre a política. A voz enunciativa coloca-se numa posição passiva, respondendo apenas ao que Bocaiúva lhe perguntava, já que queria saber suas opiniões, e expressa a perspectiva de ambivalência da verdade⁶ ou relativização da verdade⁷; assim diz: “Provavelmente não as teria fixas nem determinadas” (ASSIS, 1898, p. 1). Acaba por expressar, à maneira da “contaminação irônica” provinda de Luciano, o seu jeito calculado de agir e sua intenção em se beneficiar nessa conversa, em: “mas, quaisquer que fossem, creio que as exprimi na proporção e com a precisão apenas adequadas ao que ele me ia oferecer” (ASSIS, 1898, p. 1).

Machado conta que marcaram o prazo de se reencontrarem no dia seguinte e quebra o tom austero com um gracejo ao referenciar a rua com o nome antigo, dizendo ser “vício de memória velha”. Com isso, promove um alívio para o leitor, por meio do chiste feito, que tem por finalidade basilar o alívio das tensões, segundo Sigmund Freud (1977)⁸. Por fim, ele acaba ganhando um lugar na redação do *Diário do Rio de Janeiro*. Vejamos o excerto abaixo.

De fato, separamo-nos com prazo dado para o dia seguinte, na loja de Paula Brito, que era na antiga Praça da Constituição, lado do Teatro S. Pedro, a meio caminho das Ruas do Cano e dos

5. Brandão analisa o discurso luciânico e compreende-o como liberto da convenção da verossimilhança que limita o discurso ficção. Num discurso ficcional há admissão da ficcionalidade para poder transitar entre os espaços do real, do possível e do impossível. Nas palavras do crítico: “O que a poética luciânica lega à posteridade de mais importante é justamente esse descobrimento da ficção como alotopia. Dizendo de modo mais preciso: a descoberta de que a ficção é o outro. Não apenas, como no preceito aristotélico relativo à verossimilhança (ou, se quisermos, ao fictício), ela diz o que poderia acontecer, deixando para os discursos verdadeiros o que de fato aconteceu, mas avança pela esfera do que não poderia acontecer jamais, isto é, um tipo de discurso que se liberta não apenas dos limites que lhe impõe a verdade, como também das rédeas, provavelmente mas curtas, com que o cerceia a verossimilhança. Em suma: um discurso que se encontra além dos esquemas do que é verdadeiro ou semelhante ao verdadeiro, que é um outro discurso, autônomo, em face da verdade, que goza da pura liberdade” (BRANDÃO, 2001, p. 270).

6. Para Sônia Brayner, estudiosa da obra machadiana e especialmente de suas crônicas, toda a obra de Machado está embebida da “ambivalência dialógica da verdade” (BRAYNER, 1982, p. 429).

7. Segundo Sá Rego (1989), Luciano relativiza a verdade, já não se trata da verdade dos gregos: retores, filósofos, guerreiros, mas de uma grande sátira cômica na qual une diálogo à comédia para revelar o caráter circunstancial da verdade. Assim sendo, Machado alinhando a essa tradição, não apenas apresenta uma “verdade ambivalente” como observa Brayner, é mais que isso: é a relativização da verdade.

8. Para comprovar a existência do inconsciente, Sigmund Freud recorre aos sonhos e aos chistes como manifestações do inconsciente, que desfrutam de uma liberdade, a qual outras manifestações reprimem pelas regras sociais. Assim, o chiste é um mecanismo de dizer coisas que não são ditas no discurso sério (FREUD, 1977).

Ciganos. Relevai esta nomenclatura morta; é vício de memória velha. Na manhã seguinte, achei ali Bocaiúva escrevendo um bilhete. Tratava-se do *Diário do Rio de Janeiro*, que ia reaparecer, sob a direção política de Saldanha Marinho. Vinha dar-me um lugar na redação com ele e Henrique César Múzio (ASSIS, 1898, p. 1).

Outrossim, Machado pactua com o seu leitor numa espécie de acordo, no qual admite que “Estas minudências, agradáveis de escrever, sê-lo-ão menos de ler” (ASSIS, 1898, p. 1), pois acaba descrevendo minuciosamente o encontro, a conversa; aproveita-se das memórias para compartilhar com o leitor suas minúcias e, ao fazê-lo se utiliza de um diálogo com o leitor virtual que é próprio da tradição luciânica. Machado alinha-se à tradição por finalidade intelectual⁹ e incorpora com muita propriedade o diálogo luciânico, cômico-filosófico, aos seus escritos.

Logo depois, conta a sua ida ao Senado como redator do *Diário do Rio*. Narra a sua relação com Bernardo Guimarães, representante do *Jornal do Comércio*, e Pedro Luís, do *Correio Mercantil*, e de como partilhavam “irmãmente o pão da intimidade”.

Estas minudências, agradáveis de escrever, sê-lo-ão menos de ler. É difícil fugir a elas, quando se recordam coisas idas. Assim, dizendo que no mesmo ano, abertas as câmaras, fui para o Senado, como redator do *Diário do Rio*, não posso esquecer que nesse ou no outro ali estiveram comigo, Bernardo Guimarães, representante do *Jornal do Comércio*, e Pedro Luís, por parte do *Correio Mercantil*, nem as boas horas que vivemos os três. Posto que Bernardo Guimarães fosse mais velho que nós, partíamos irmãmente o pão da intimidade (ASSIS, 1898, p. 1-2).

Num tom leve e aparentemente desprezioso, a crônica aponta-nos a política de favores. Conforme o crítico Roberto Schwarz no capítulo “As ideias fora do lugar”, da obra *Ao vencedor as batatas*, “O favor é a nossa mediação quase universal” (2000, p. 16), pois é através dele que uma classe pode exercer seu poder, camuflada pela capa da benevolência, sobre a outra; nele as relações são construídas e alteradas a partir da alimentação dos interesses. Machado mostra um exemplo disso, o caso da antiga Rua do Latoeiros que passa a se chamar Gonçalves Dias, graças à indicação de Múzio, amigo do poeta, pela folha à Câmara Municipal. Não podemos dizer que Machado esteja se opondo ao nome dado à rua, nem ao poeta Gonçalves Dias, mas de modo sutil toca na política de favores que há em nossa sociedade, seja no simples nomear de uma rua até grandes realizações sociais, todas acabam por passar no trio das relações interpessoais. Vejamos o fragmento:

Descíamos juntos aquela Praça da Aclamação, que não era então o parque de hoje, mas um vasto espaço inculto e vazio como o Campo de S. Cristóvão. Algumas vezes íamos jantar a um *restaurant* da Rua dos Latoeiros, hoje Gonçalves Dias, nome este que se lhe deu por indicação justamente no *Diário do Rio*; o poeta morara ali outrora, e foi Múzio, seu amigo, que pela nossa folha o pediu à Câmara Municipal (ASSIS, 1898, p. 2).

Machado presenciou de perto uma série de mudanças político-sociais no Brasil: o Primeiro Reinado, as crises do Segundo Reinado, o movimento republicano, os atritos do governo imperial com o Exército e a Igreja, a instauração da República.¹⁰ Machado começa a aprofundar a discussão da política da época e discorre acerca dos mais velhos da casa, afirmando que

Poucos membros restarão da velha casa. Paranaguá e Sinimbu carregam o peso dos anos com muita facilidade e graça, o que ainda mais admira em Sinimbu, que suponho mais idoso. Ouvi falar a este bastantes vezes; não apaixonava o debate, mas era simples, claro, interessante, e, fisicamente,

9. Ao final de seu estudo sobre as crônicas machadianas, Sônia Brayner marca a vinculação de Machado com Luciano e com outros autores que também beberam do lucianismo. “Aliando-se por finalidade intelectual a autores como Luciano, Rabelais, Cervantes, Sterne, Fielding, Voltaire, Diderot, De Maistre, inscreve-se entre aqueles que constaram com a novidade e audácia de seus textos os sistemas ideológicos fechados, a dicotomia estabelecida entre gêneros e estilos, preferindo o campo aberto da livre invenção. É destes autores sobretudo que Machado de Assis irá absorver a lição da criatividade, de questionamento, de transposição intertextual” (BRAYNER, 1982, p. 437).

10. Recorte feito a partir de BORIS, F. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2012, especialmente das páginas 94 a 133, dedicadas ao Segundo Reinado e à queda da Monarquia.

não perdia a linha. Esta geração conhece a firmeza daquele homem político, que mais tarde foi presidente do Conselho e teve de lutar com oposições grandes (ASSIS, 1898, p. 2).

Em tom sentencioso, o cronista revela a postura indiferente de Sinimbu para uma manifestação popular que a mostra a seu colega como se fosse “um trecho de muro”. Embora a crônica faça referência ao senado de 1860, esse tipo de comportamento é bastante contemporâneo, pois ainda há indiferença por parte de nossos políticos diante das manifestações. Consoante narração abaixo.

Um incidente dos últimos anos mostrará bem a natureza dele. Saindo da Câmara dos Deputados para a Secretaria da Agricultura, com o Visconde de Ouro Preto, colega de gabinete, eram seguidos por enorme multidão de gente em assuada. O carro parou em frente à secretaria; os dois apearam-se e pararam alguns instantes, voltados para a multidão, que continuava a bradar e apupar, e então vi bem a diferença dos dois temperamentos. Ouro Preto fitava-a com a cabeça erguida e certo gesto de repto; Sinimbu parecia apenas mostrar ao colega um trecho de muro, indiferente. Tal era o homem que conheci no Senado (ASSIS, 1898, p. 2).

Machado começa a expandir as suas impressões sobre os homens do Senado – boa parte deles era conhecedora “da Regência, do Primeiro Reinado e da Constituinte” – e ele se coloca como “um adolescente espantado e curioso”. Essa posição diminuta de si mesmo é uma postura irônica, pois ele tem maturidade para fazer uma leitura crítica da postura dos representantes no Senado; uma posição aquém daqueles homens revela o quanto ele, como cidadão, esperava deles – mais maturidade para decidir e ouvir ao povo nas suas reclamações – e não como fez o Sinimbu, que indiferentemente seguiu seu caminho, conforme mostramos na citação anterior.

Para avaliar bem a minha impressão diante daqueles homens que eu via ali juntos, todos os dias, é preciso não esquecer que não poucos eram contemporâneos da maioridade, algum da Regência, do Primeiro Reinado e da Constituinte. Tinham feito ou visto fazer a história dos tempos iniciais do regime, e eu era um adolescente espantado e curioso (ASSIS, 1898, p. 2).

Assim, o cronista faz uma reflexão da feição dos políticos. Notemos a construção irônica para revelar o que se pensa acerca dessas figuras.

Achava-lhes uma feição particular, metade militante, metade triunfante, um pouco de homens, outro pouco de instituição. Paralelamente, iam-me lembrando os apodos e chufas que a paixão política desferira contra alguns deles, e sentia que as figuras serenas e respeitáveis que ali estavam agora naquelas cadeiras estreitas não tiveram outrora o respeito dos outros, nem provavelmente a serenidade própria. E tirava-lhes as cãs e as rugas, e fazia-os outra vez moços, árdegos e agitados (ASSIS, 1898, p. 2).

Dessa maneira, como vimos no excerto acima, a feição dos políticos era “metade militante, metade triunfante, um pouco de homens, outro pouco de instituição”. É salutar perceber que o cronista acaba por unir o homem à instituição, que se mostra arraigado ao ser, de modo que já não se pode olhar o homem sem notar o quanto da instituição há ali. Numa reflexão pessoal e transmitida ao leitor, a voz enunciativa revela que ao olhá-los, via sua humanidade e sua institucionalidade, recordava “apodos e chufas que a paixão política desferira contra alguns deles”. Nessa expressão reside uma ironia, pois não é necessariamente a paixão política que lhe dá “apodos e chufas”, mas o modo como procedem enquanto políticos na representação da sociedade, portanto, nesse caso, colheram o repúdio popular.

O cronista diz que “sentia que as figuras serenas e respeitáveis que ali estavam agora naquelas cadeiras estreitas não tiveram outrora o respeito dos outros”. Dando a entender que de fato, ele via-os como “serenos e respeitáveis”, porém em seguida afirma que não tinham apenas o desrespeito da população, e “nem provavelmente a serenidade própria”. Logo, dizer que eram “serenos e respeitáveis” é uma grande ironia construída por meio de um paradoxo. A voz enunciativa mostra que a postura serena que deveria haver por parte dos políticos, que já estavam na representatividade há muito tempo, é inexistente, ao passo que “tirava-lhes as cãs e as rugas, e fazia-os outra vez moços, árdegos e agitados”. À vista disso, o cronista faz mais uma reflexão.

Comecei a aprender a parte do presente que há no passado, e vice-versa. Trazia comigo a oligarquia, o golpe de Estado de 1848, e outras notas da política em oposição ao domínio conservador, e ao ver os cabos deste partido, risonhos, familiares, gracejando entre si e com os outros, tomando juntos café e rapé, perguntava a mim mesmo se eram eles que podiam fazer, desfazer e refazer os elementos e governar com mão de ferro este país (ASSIS, 1898, p. 2).

Vale observar os termos utilizados: “oligarquia”, “golpe de estado de 1848”, “domínio conservador”. Machado faz ligações entre o passado e o presente e vice-versa, para explicar o presente que corresponde a 1860. E aqui, a crônica ganha uma dimensão mais combativa e recheada de revolta, pois ao olhar para o país comandado pela oligarquia que há tempos se estabeleceu na política café com leite e o golpe ocorrido, o cronista se questiona: “perguntava a mim mesmo se eram eles que podiam fazer, desfazer e refazer os elementos e governar com mão de ferro este país”. Com isso, seu questionamento pessoal desemboca num questionamento coletivo, atingindo o leitor, convidando-o para refletir também; à vista disso, o comando estava nas mãos de poucos, nas da elite, e era efetuado com “mão de ferro”, ou seja, a qualquer custo e com meios opressores que o Estado se utiliza.

Em sequência, a crônica expõe o cotidiano do senado, a presença dos senadores, as carruagens próprias, citando alguns nomes: Zacarias, Monte Alegre, Abrantes, Caxias, Marquês de Itanhaém, Nabuco, Paranhos, Olinda, Eusébio e Montezuma. No meio desse ciclo de descrições, Machado oscila entre tipos de assuntos, adentrando num detalhamento de características físicas do Marquês de Itanhaém. Com isso, rebaixa o assunto de uma narração sobre o dia a dia do senado para o físico do representante mais velho: “aspecto de farda”, “seco e mirrado”, “cabeleira”, “cara rapada”. A mudança de assunto do elevado para o baixo ou do baixo para o elevado é própria da comicidade, segundo elenca Bergson no seu estudo sobre o teatro bufo (2007, p. 43). Essa mudança de assunto não é sem motivação; na verdade, Machado está chamando a atenção para a “vitaliciedade do Senado” que se mostra na figura de Itanhaém. “A figura de Itanhaém era uma razão visível contra a vitaliciedade do Senado, mas é também certo que a vitaliciedade dava àquela casa uma consciência de duração perpétua, que parecia ler-se no rosto e no trato de seus membros” (ASSIS, 1898, p. 2). A vitaliciedade traz o aspecto de “duração perpétua”, a apropriação do poder público como se fosse vitalício, ao contrário do que deveria existir: consciência da representatividade de um coletivo e possibilidade de rotatividade. Nesse caso, a vitaliciedade física mostra a vitaliciedade de pensamentos. Assim,

Tinham um ar de família, que se dispersava durante a estação calmosa, para ir às águas e outras diversões, e que se reunia depois, em prazo certo, anos e anos. Alguns não tornavam mais, e outros novos apareciam; mas também nas famílias se morre e nasce. Dissentiam sempre, mas é próprio das famílias numerosas brigarem, fazerem as pazes e tornarem a brigar; parece até que é a melhor prova de estar dentro da humanidade. Já então se evocavam contra a vitaliciedade do Senado os princípios liberais, como se fizera antes. Algumas vozes vibrantes cá fora, calavam-se lá dentro, é certo, mas o gérmen da reforma ia ficando, os programas o acolhiam, e, como em vários outros casos, os sucessos o fizeram lei (ASSIS, 1898, p. 2-3).

Machado faz um paralelo entre o senado e a família, para mostrar que assim como nas famílias uns nascem, outros morrem, há dissensões, pazes, assim também o é com o senado. Revela que dissentir “é a melhor prova de estar dentro da humanidade”. A semelhança com a família é de fundo irônica, pois é um espaço em que deve existir laços de afetividade para além de interesses e superação das dissensões e dos interesses político-partidários pelo vínculo afetivo. A crônica, ainda, aponta para o silenciamento de algumas vozes que fora do senado tinham mais garra e dentro abrandam-se, quiçá por conflitos entre os interesses e pelo próprio poder institucionalizado. “Algumas vozes vibrantes cá fora, calavam-se lá dentro, é certo”. Entretanto, Machado mostra uma pontinha de esperança, já que “o gérmen da reforma ia ficando, os programas o acolhiam, e, como em vários outros casos, os sucessos o fizeram lei”, isto é, se em algum momento houve luta e ação para promover a reforma de algo, por mais que chegando ao poder isso não se perpetuou, o gérmen brotou e, às vezes, os programas o acolhem e há mudanças significativas. De certo, muitas mudanças são frutos dos germens lançados por mulheres e homens, dentro e fora do poder institucional para promover melhorias entre a sociedade.

Após Machado efetuar uma crítica a institucionalização do poder que acaba calando vozes, faz um gracejo ao dizer: “poucos espectadores ficavam, alguns dormiam”, mostrando o tédio sentido pelos espectadores diante das discussões políticas. Com isso, proporciona um alívio de tensão, próprio do chiste como mostra Freud (1977). Depois do alívio, injeta mais uma crítica ao senado, a disciplina que foi redobrada por Abaeté. Ao longo da crônica, Machado faz muitas críticas, como essa ao presidente Abaeté, mas num tom de notícia, de mera descrição, levando o leitor a fazer as conclusões e a colocar-se diante do que foi dito.

Ao comentar sobre os oradores, o cronista fala especialmente da fluência de Eusébio de Queirós; nisso reside uma ironia, porque logo em seguida diz sê-lo o “papa” ou o “chefe do Partido Conservador” e os seus companheiros os cardeais. Exime-se da responsabilidade da troça, afirmando ser “a célebre definição” de Otaviano, cunhada no *Correio Mercantil* (ASSIS, 1898, p. 3). Machado elogia o discurso de Eusébio como modo de introduzir o seu nome na discussão, visto que o cronista recorre à imagem papal como símbolo de pensamento fechado, ortodoxo, cristão.

Não reli o discurso, não teria agora tempo nem oportunidade de fazê-lo, mas estou que a impressão não haveria diminuído muito, posto lhe falte o efeito da própria voz do orador, que seduzia. A matéria era sobremodo ingrata: tratava-se de explicar e defender o acúmulo dos cargos públicos, acusação feita na imprensa da oposição. Era a tarde da oligarquia, o crepúsculo do domínio conservador (ASSIS, 1898, p. 3).

Machado constrói uma ironia bastante polida que é esclarecida pelas afirmações posteriores, ao declarar que não teve “tempo nem oportunidade” para reler o discurso; camufla polidamente seu real interesse por esse discurso e confirma isso ao dizer que lhe faltava “o efeito da própria voz do orador”, não sendo atrativo o suficiente. Machado desdobra explicações sobre a oratória de Eusébio, de modo que reafirma ter sido irônico anteriormente com os “elogios” que havia feito. A falta de imposição na voz era diminuta frente à matéria, pois essa tinha por objetivo responder à acusação feita pela imprensa acerca do acúmulo dos cargos públicos, no entanto, era mais que responder, era se defender. Apesar de ser uma crônica de 1898, retratando o senado de 1860, ainda permanece muito atual, já que a nossa conjuntura política não está diferente. Num tom pessimista, explicita o domínio conservador por meio da metáfora do crepúsculo, símbolo recorrente ao Romantismo – corrente que estava entrando em decadência nesse período.

Nessa esteira, o cronista relata como ocorreram as eleições de 1860 na capital, sendo uma descrição que aponta posicionamentos da política brasileira, como o não entendimento “dos partidos quando caem ou sobem”, mas entendem-se bem para “violiar ou restaurar a carta constitucional”. Se fizermos uma comparação aos dias atuais, perceberemos que o Brasil tem enfrentado muitas reformas que passam pelo crivo de alterações nas leis e no funcionamento da dinâmica social, a exemplo da Reforma Trabalhista instrumentalizada pela lei nº 13.467 de 2017, sendo aprovada graças à união de opositores para diminuição de direitos da classe trabalhadora¹¹. Ainda como se estivesse rememorando a cena, o cronista fala de modo subjetivo de suas impressões diante do resultado, colocando-se como um adolescente: “Elas trouxeram à minha imaginação adolescente uma visão rara e especial do poder das urnas”. É válida uma reflexão sobre o poder das urnas, como é apontado criticamente pelo autor visto que se alinha ao pensamento cético. A crônica suscita muitas indagações, dentre tais: Há mesmo poder das urnas? Houve em 1860? Há no senado de hoje? Ou só uma imaginação adolescente pode ter essa visão rara e especial?

Em seguida, Machado quebra esse tom reflexivo, convidativo ao leitor, ao dizer que não cabe relatar a imaginação que teve. Ao passo que se exime de descrever a emoção dos votantes, Machado descortina um poder da política, que não está nas urnas, essas se configuram como a última cartada, mas o poder dos discursos midiáticos e políticos, vinculados pela imprensa de 1860. Em suas palavras: “não direi o movimento geral e o calor sincero dos votantes, incitados pelos artigos da imprensa e pelos discursos de Teófilo Otôni”. O uso do termo “incitados” leva-nos a pensar até que ponto somos conduzidos pelos

11. Se fizermos uma comparação aos dias atuais, perceberemos que o Brasil tem enfrentado muitas reformas que passam pelo crivo de alterações nas leis e no funcionamento da dinâmica social, a exemplo da Reforma Trabalhista instrumentalizada pela lei nº 13.467 de 2017, sendo aprovada graças à união de opositores para diminuição de direitos da classe trabalhadora.

aparelhos ideológicos¹², “O Velho Senado” de 1860 é amplo diálogo da política brasileira, de longe e de pertinho, um caduco senado. Leiamos o excerto que segue.

As eleições de 1860, na capital, deram o primeiro golpe na situação; se também deram o último, não sei; os partidos nunca se entenderam bem acerca das causas imediatas da própria queda ou subida, salvo no ponto de serem alternadamente a violação ou a restauração da carta constitucional. Quaisquer que fossem, então, a verdade é que as eleições da capital naquele ano podem ser contadas como uma vitória liberal. Elas trouxeram à minha imaginação adolescente uma visão rara e especial do poder das urnas. Não cabe inseri-la aqui; não direi o movimento geral e o calor sincero dos votantes, incitados pelos artigos da imprensa e pelos discursos de Teófilo Otôni, nem os lances, cenas e brados de tais dias (ASSIS, 1898, p. 3).

Ademais, a crônica retrata também uma situação de corrupção. A voz enunciativa diz ter guardado a impressão de “um obscuro votante” que procurou Otôni, mostrando um maço de cédulas às escondidas e um riso nos lábios. Na visão machadiana do senado de 1860, o cronista remonta situações típicas do cenário político brasileiro, numa atualização desse discurso, poderíamos falar em pagamento de propina e diversas extorsões a população, feitas pelo desvio de verbas públicas. Machado, ao modo luciânico, reflete e faz-nos refletir em tom de rememoração de fatos sob a pretensa desculpa de uma visão, na qual não passa de um recurso literário para isentar-se e observar mais distante os fatos que o cercava, como se pode ver abaixo.

Não me esqueceu a maior parte deles; ainda guardo a impressão que me deu um obscuro votante que veio ter com Otôni, perto da matriz do Sacramento. Otôni não o conhecia, nem sei se o tornou a ver. Ele chegou-se-lhe e mostrou-lhe um maço de cédulas, que acabava de tirar às escondidas da algibeira de um agente contrário. O riso que acompanhou esta notícia nunca mais se me apagou da memória (ASSIS, 1898, p. 3).

Aquela figura sem nome que estava com dinheiro às escondidas em plena votação no senado, da qual o cronista não esqueceria já mais o riso, estava então “No meio das mais ardentes reivindicações deste mundo, alguma vez me despontou ao longe aquela boca sem nome, acaso verídica e honesta em tudo o mais da vida, que ali viera confessar candidamente, e sem outro prêmio pessoal, o fino roubo praticado” (ASSIS, 1989, p. 3). A boca que confessava “candidamente” um roubo estava “no meio das mais ardentes reivindicações”. Machado constrói uma ironia por meio do paradoxo de ideias que se fundamenta no uso dos termos “candidamente”, “fino roubo”, “verídica”, “honesto”. Essa contradição não diz respeito apenas a uma preferência do autor, mas a um indicativo da conjuntura política, afinal de contas a boca que ria o roubo era a mesma que estava a reivindicar e a confessar o roubo tão candidamente.

Assim, alivia a tensão do que foi dito resguardando-se por meio da memória, “Não mofes desta insistência pueril da minha memória” (ASSIS, 1989, p. 3). Ao tornar a memória culpada de fazer ressurgir essas reminiscências, confere-a poder sobre si e finge um estado de não autonomia diante das memórias. Como de praxe, Machado encerra o parágrafo relativizando a verdade, ainda dentro da dialética da ambivalência da verdade ou de sua relativização, “eu a tempo advirto que as mais claras águas podem levar de enxurro alguma palha podre, – se é que é podre, se é que é mesmo palha” (ASSIS, 1989, p. 3). Numa advertência de que o mais puro, sob símbolo da água, repousa a ideia de levar embora o mais podre, a palha. O questionamento do estado da palha, se é mesmo podre e do próprio estado de ser palha. Uma indagação preponderante para a reflexão política que a crônica suscita, pois está colocando duas questões pontuais: o valor das coisas (“claras”, “podre”) e o próprio estado das coisas (de ser “palha”). Pensando de como a água é fluída e conduz os objetos, leva “de enxurro alguma palha podre”. Uma leitura possível é do próprio tempo metaforizado pela água, aquele que leva o que de mais podre ou mais claro há, de acordo com os interesses dos que conduzem/escrevem a história, colocando as coisas na balança dos valores

12. Tomamos como base a distinção feita pelo filósofo francês Althusser que parte do Marxismo e define como Aparelho de Estado “o Governo, a Administração, o Exército, a Polícia, os Tribunais, as Prisões etc.”, nomeando de “Aparelho repressivo de Estado”. Esse tipo de repressão pode envolver violência física, mas há também “Aparelhos Ideológicos de Estado” que são as “instituições distintas e especializadas” (ALTHUSSER, 1980, 42-43).

antagônicos (bom, ruim) e do próprio estado delas. A palha é facilmente conduzida pela água e também pode ser queimada. Nessa esteira, não é difícil livrar-se dela, esquecer-se. Associando-a ao contexto da memória que a voz enunciativa traz sobre a figura corrupta e sem nome, o ato praticado por esse alguém poderá ser esquecido com facilidade a depender dos interesses e das manipulações que sofra a memória do que narra o fato. Sem isentar o interesse do próprio cronista. Estamos, portanto, diante de uma relativização da verdade: não só do que aconteceu (o fino roubo), mas também do modo como está sendo dito pela voz que rememora o acontecido.

Ao falar sobre Zacarias, Machado cita “uma História de Clarendon”, na qual ele narra a rebelião e as guerras civis na Inglaterra. É bem provável que Machado tenha feito essa correlação não só para dizer que Zacarias leu e fez marcações dessa obra, como também porque ele escreveu uma obra política intitulada de *Da natureza e limites do poder moderador* (1860), publicada no mesmo ano da crônica em questão. O cronista faz uma ironia menos evidente, mais suave, na qual ele coloca Zacarias comportando-se como o primeiro Conde de Clarendon, Edward Hyde.

Zacarias fazia reviver o debate pelo sarcasmo e pela presteza e vigor dos golpes. Tinha a palavra cortante, fina e rápida, com uns efeitos de sons guturais, que a tornavam mais penetrante e irritante. Quando ele se erguia, era quase certo que faria deitar sangue a alguém. Chegou até hoje a reputação de debater, como oposicionista, e como ministro e chefe de gabinete. Tinha audácias, como a da escolha “não acertada”, que a nenhum outro acudiria, creio eu. Politicamente, era uma natureza seca e sobranceira. Um livro que foi de seu uso, uma História de Clarendon (*History of the Rebellion and Civil Wars in England*), marcado em partes, a lápis encarnado, tem uma sublinha nas seguintes palavras (vol. I, pág. 44) atribuídas ao Conde de Oxford, em resposta ao Duque de Buckingham, “que não buscava a sua amizade nem temia o seu ódio”. É arriscado ver sentimentos pessoais nas simples notas ou lembranças postas em livros de estudo, mas aqui parece que o espírito de Zacarias achou o seu parceiro. Particularmente, ao contrário, e desde que se inclinasse a alguém, convidava fortemente a amá-lo; era lhano e simples, amigo e confiado. Pessoas que o freqüentavam, dizem e afirmam que, sob as suas árvores da Rua do Conde ou entre os seus livros, era um gosto ouvi-lo, e raro haverá esquecido a graça e a polidez dos seus obséquios. No Senado, sentava-se à esquerda da mesa, ao pé da janela, abaixo de Nabuco, com quem trocava os seus reparos e reflexões (ASSIS, 1898, p. 4).

Quanto a Nabuco, o cronista inicia e finaliza falando da sua voz, compara-o a Zacarias, tomando o primeiro como “o centro dos conservadores moderados”. Apesar disso, Machado elogia a sua voz como uma das principais no Senado, por ser orador nas situações mais solenes e saber relacionar a matéria à performance da fala. De modo sutil, Machado mostra como há um esforço para ser diferente do modo habitual de ser, esse esforço aguçado se aproxima de uma performance: “O gesto não era vivo, como o de Zacarias, mas pausado, o busto cheio era tranqüilo, e a voz adquiria uma sonoridade que habitualmente não tinha”. Vejamos logo mais.

Nabuco, outra das principais vozes do Senado, era especialmente orador para os debates solenes. Não tinha o sarcasmo agudo de Zacarias, nem o epigrama alegre de Cotegipe. Era então o centro dos conservadores moderados que, com Olinda e Zacarias, fundaram a liga e os partidos Progressista e Liberal. Joaquim Nabuco, com a eloqüência de escritor político e a afeição de filho, dirá toda essa história no livro que está consagrando à memória de seu ilustre pai. A palavra do velho Nabuco era modelada pelos oradores da tribuna liberal francesa. A minha impressão é que preparava os seus discursos, e a maneira por que os proferia realçava-lhes a matéria e a forma sólida e brilhante. Gostava das imagens literárias: uma dessas, a comparação do poder moderador à estátua de Glauco, fez então fortuna. O gesto não era vivo, como o de Zacarias, mas pausado, o busto cheio era tranqüilo, e a voz adquiria uma sonoridade que habitualmente não tinha (ASSIS, 1898, p. 4).

Ao especular sobre as figuras do senado de 1860, Machado acaba dividindo-as em grandes e pequenas. O “de pequeno ou nenhum peso”, o Padre Vasconcelos, é elogiado pelo cronista como “um bom homem”, porém, pela descrição que faz e pela adjetivação recebida (“pequeno”), não se tratava de alguém importante politicamente. Machado faz uma troça ao se referir a um dos representantes, ao qual isenta-se de mencionar o nome, referenciando-o como o de “longas barbas grisalhas e sérias, e a cautela

e pontualidade com que não votava os artigos de uma lei sem ter os olhos pregados em Itaboraí”. Para o leitor pode parecer que o cronista elogiará tal político, todavia a sua cautela não é pela leitura, fundamentação e utilidade civil do artigo de lei, mas fundamenta-se na sua manutenção no poder, sendo-o, portanto, devoto do seu chefe Eusébio, de quem recebera espaço na política; mais uma vez, Machado frisa a política de favores sobrepondo-se aos interesses coletivos.

Mas eis que todas as figuras se atropelam na evocação comum, as de grande peso, como Uruguai, com as de pequeno ou nenhum peso, como o Padre Vasconcelos, senador creio que pela Paraíba, um bom homem que ali achei e morreu pouco depois. Outro, que se podia incluir nesta segunda categoria, era um de quem só me lembram duas circunstâncias, as longas barbas grisalhas e sérias, e a cautela e pontualidade com que não votava os artigos de uma lei sem ter os olhos pregados em Itaboraí. Era um modo de cumprir a fidelidade política e obedecer ao chefe, que herdara o bastão de Eusébio (ASSIS, 1898, p. 4).

Ademais, o cronista compara Abrantes a um canário falando e afirma: “Não sei até que ponto merece a definição; em verdade, achava-o fluente, acaso doce, e, para um povo mavioso como o nosso, a qualidade era preciosa; nem por isso Abrantes era popular” (ASSIS, 1898, p. 4). A ave canário é dócil, popular e costuma cantar bastante; a comparação feita com a ave corresponde a uma ironia que se baseia na exceção, apesar de Abrantes ser dócil (“acaso doce”) e falar bem (“fluente”), não era popular; a exceção consiste na popularidade. O cronista é irônico também com o povo ao caracterizá-lo como “mavioso”, quando na verdade o que a população busca não é docilidade por parte dos representantes, assim o termo funciona como uma adjetivação irônica.

Percebamos a linguagem marcadamente irônica por meio de qualificações como “aurora remota do reinado”, “recente aurora liberal”, “situação nascente”; todas para troçar com a liga dos conservadores. Ainda, brinca ao introjetar detalhes na discussão, num efeito de mola, no qual afasta-se e volta-se para a discussão, explicitando ao leitor esses movimentos intencionais que funciona como mecanismos para a voz enunciativa se autorregular, retomando a discussão, como se vê: “Mas não deslizeemos a reminiscências de outra ordem”.

Também não o era Olinda, mas a autoridade deste sabe-se que era grande. Olinda aparecia-me envolvido na aurora remota do reinado, e na mais recente aurora liberal ou “situação nascente”, mote de um dos chefes da liga, penso que Zacarias, que os conservadores glosaram por todos os feitos, na tribuna e na imprensa. Mas não deslizeemos a reminiscências de outra ordem; fiquemos na surdez de Olinda, que competia com Beethoven nesta qualidade, menos musical que política (ASSIS, 1898, p. 4).

Além disso, Machado chama a atenção para coisas pequenas e grandes, esse movimento inscreve-se na linhagem luciânica, de atentar para detalhes aparentemente imperceptíveis e desnecessários à prosa. Na crônica machadiana isso ganha maior espaço que nos outros gêneros, por serem próprios da crônica os assuntos corriqueiros, como mostram os estudos de Candido (1922) e de Cardoso (1922). Assim, a crônica machadiana discute minúcias, a exemplo da surdez de Olinda, numa dimensão de gracejo para arrancar algumas risadas do leitor. Como se pode ver em seguida.

Não seria tão surdo. Quando tinha de responder a alguém, ia sentar-se ao pé do orador, e escutava atento, cara de mármore, sem dar um aparte, sem fazer um gesto, sem tomar uma nota. E a resposta vinha logo; tão depressa o adversário acabava, como ele principiava, e, ao que me ficou, lúcido e completo (ASSIS, 1898, p. 4).

O cronista retoma a litografia de Sisson para reportar a Montezuma, revelando não o conhecer pessoalmente, a não ser por meio da litografia. Machado qualifica-o como um “remanescente da Constituinte”, isto é, um dos que estavam na formação da primeira Constituição de 1824. Com um tom bem jornalístico, nosso autor mostra a ironia de Montezuma que permanece a mesma de quando jovem. O cronista chega a citar um exemplo datado para explicitar a ironia do político.

Um dia vi ali aparecer um homem alto, suíças e bigodes brancos e compridos. Era um dos remanescentes da Constituinte, nada menos que Montezuma, que voltava da Europa. Foi-me impossível reconhecer naquela cara barbada a cara rapada que eu conhecia da litografia Sisson; pessoalmente nunca o vira. Era, muito mais que Olinda, um tipo de velhice robusta. Ao meu espírito de rapaz afigurava-se que ele trazia ainda os rumores e os gestos da assembléia de 1823. Era o mesmo homem; mas foi preciso ouvi-lo agora para sentir toda a veemência dos seus ataques de outrora. Foi preciso ouvir-lhe a ironia de hoje para entender a ironia daquela retificação que ele pôs ao texto de uma pergunta ao Ministro do Império, na célebre sessão permanente de 11 a 12 de novembro: “Eu disse que o Sr. Ministro do Império, por estar ao lado de Sua Majestade, melhor conhecerá o “espírito da tropa”, e um dos senhores secretários escreveu “o espírito de Sua Majestade”, quando não disse tal, porque deste não duvido eu” (ASSIS, 1898, p. 5).

A crônica transita da discussão sobre Montezuma enquanto político para uma questão de ordem pessoal. Ao falar da ironia que era recorrente a Montezuma, Machado também faz uma ironia, que se fundamenta na contradição, pois ao dizer que nada tem a ver com anedotas políticas, está fazendo uma, ao molde de um mexeriqueiro, importando-se com as infidelidades do político: “Agora o que eu mais ouvia dizer dele, além do talento, eram as suas infidelidades, e sobre isto corriam anedotas; mas eu nada tenho com anedotas políticas” (ASSIS, 1989, p. 5). Ocorre mais uma anedota política ao apontar Montezuma como um bajulador, evidente pelo uso repetitivo dos adjetivos excelentes, ilustrados.

Que se não pudesse fiar muito em seus carinhos parlamentares, creio. Uma vez, por exemplo, encheu a alma de Sousa Franco de grandes aleluias. Querendo criticar o Ministro da Fazenda (não me lembra quem era) começou por afirmar que nunca tivéramos ministros da Fazenda, mas tão-somente ministros do Tesouro. Encarecia com adjetivos: excelentes, ilustrados, conspícuos ministros do Tesouro, mas da Fazenda nenhum (ASSIS, 1898, p. 5).

Como se narrasse uma briguinha entre crianças, Machado conta um atrito entre Montezuma e Sousa Franco, perpassado pelo chiste, no qual Montezuma reclama a Sousa Franco e ordena que recolha o riso, e este acaba recolhendo-se sozinho. Ainda utiliza as aspas como um recurso para marcar as falas dos envolvidos, causando uma impressão de verdade, do tipo jornalística, embora ele se fundamente noutra ficção: a literatura. Assim,

“Um houve, Sr. presidente que nos deu alguma coisa do que deve ser um Ministro da Fazenda; foi o nobre senador pelo Pará”. E Sousa Franco sorria alegre, deleitava-se com a exceção, que devia doer ao seu forte rival em finanças, Itaboraí; não passou muito tempo que não perdesse o gosto. De outra vez, Montezuma atacava a Sousa Franco, e este novamente sorria, mas agora a expressão não era alegre, parecia rir de desdém. Montezuma empina o busto, encara-o irritado, e com a voz e o gesto intima-lhe que recolha o riso; e passa a demonstrar as suas críticas, uma por uma, com esta espécie de estribilho: “Recolha o riso o nobre senador!” Tudo isto aceso e torvo. Sousa Franco quis resistir; mas o riso recolheu-se por si mesmo. Era então um homem magro e cansado. Gozava ainda agora a popularidade ganha na Câmara dos Deputados, anos antes, pela campanha que sustentou, sozinho e parece que enfermo, contra o Partido Conservador (ASSIS, 1898, p. 5).

Sob o pretexto de falar acerca de Paranhos, a voz enunciativa conta-nos que alguém havia dito àquele, quando criança, que seria um ministro. À medida que se isenta do que conta, marcando por aspas, goza dizendo que o anúncio fora de um profeta: “Sr. Paranhos, você ainda há de ser ministro. O estudante respondia modestamente, sorrindo; mas o profeta dos seus destinos tinha apanhado bem o valor e a direção da alma do moço” (ASSIS, 1898, p. 5). Machado rememora outras situações sobre Paranhos, traz à tona o convênio da vila da União, o qual acaba por deixar Paranhos demitido, pois a ideia não havia sido bem acolhida pela população. No entanto, anos depois, “esta mesma cidade aclamava o autor da lei de 28 de setembro de 1871, como uma glória nacional” (ASSIS, 1898, p. 6). Não é sem motivação que o cronista ressuscita esse fato da trajetória de Paranhos, mas para mostrar como a política, tal qual a própria vida, desemboca em muitas situações nas quais o mesmo público e/ou o mesmo personagem têm posturas distintas, ora solta Barrabás, ora solta Jesus.

Outrossim, a caminho de finalizar a crônica, a voz enunciativa diz que a visão: “foi-se-me assim alterando nos gestos e nas pessoas, como nos dias, e sempre remota e velha: era o Senado daqueles três

anos. Outras figuras vieram vindo. Além dos cardeais, os Muritibas, os Sousa e Melos, vinham os de menor graduação política” (ASSIS, 1898, p. 6), assim já não importam as figuras que compuseram o senado de 1860, mas o modo cíclico como essa voz profere, nem mesmo importa se de menor ou maior graduação política, e sim a mesmice no senado. Para mostrar esse movimento cíclico do senado, o cronista elenca alguns nomes. No meio dessa descrição, conta uma história de D. Manuel, que comprou um bilhete de loteria e saiu-lhe branco; revoltado vivia a narrar esse fato a alguns colegas. Machado conta essa anedota comparando-a a Catão quando fez uma petição a César, no entanto D. Manuel não foi atendido como Catão em seu pedido. O que nos interessa é como Machado arruma um jeito para apresentar a seu modo os gregos ou a seu modo pintar uma Grécia, não a dos Clássicos, mas uma bem satírica¹³, na qual todos são zombados, autoridades e plebe, perpassada de fatos grandiosos e de miudezas (como o bilhete em branco). Vejamos a passagem abaixo.

não era recente a sua aversão às loterias, vinha do tempo em que, andando a viajar, foi ter a Hamburgo; ali ofereceram-lhe com tanta instância um bilhete de loteria, que ele foi obrigado a comprar, e o bilhete saiu branco. Esta anedota era contada com todas as minúcias necessárias para ampliá-la. Uma parte do tempo falou sentado, e acabou diante da mesa e três ou quatro colegas. Mas, imitando assim Catão, que também falou um dia inteiro para impedir uma petição de César, foi menos feliz que o seu colega romano. César retirou a petição, e aqui as loterias passaram, não me lembra se por fadiga ou omissão de D. Manuel; anuência é que não podia ser. Tais eram os costumes do tempo (ASSIS, 1898, p. 6).

Machado marca como sempre haverá novas figuras no senado e como a visão foi desaparecendo. Termina a crônica com a presença de um porteiro estranho que parte para o cemitério, semelhante à figura do diabo. Pode parecer para o leitor desprezioso que seja um final muito distante do que vinha sendo desenvolvido pelo cronista em sua narração da visão. Contudo, é válido pensar sobre a escuridão que cerca o que está a fechar e abrir a porta e qual o fim que leva essa visão: o cemitério, lugar de mortos. Fazemos uma leitura desse final por meio da perspectiva da tradição luciânica que ataca a vaidade humana. É possível que Machado aponte para a morte e, com isso, para a finitude humana, através do espaço cemitério e da figura jocosa e sombria do porteiro. Ainda, é possível pensar sobre a política brasileira como sombria, já que o cronista narrou suas incongruências e espectros e finalizou a narração com a figura do porteiro do cemitério.

E após ele vieram outros, e ainda outros, Sapucaí, Maranguape, Itaúna, e outros mais, até que se confundiram todos e desapareceu tudo, coisas e pessoas, como sucede às visões. Pareceu-me vê-los enfiar por um corredor escuro, cuja porta era fechada por um homem de capa preta, meias de seda preta, calções pretos e sapatos de fivela. Este era nada menos que o próprio porteiro do Senado, vestido segundo as praxes do tempo, nos dias de abertura e encerramento da assembleia geral. Quanta coisa obsoleta! Alguém ainda quis obstar à ação do porteiro, mas tinha o gesto tão cansado e vagaroso que não alcançou nada; aquele deu volta à chave, envolveu-se na capa, saiu por uma das janelas e esvaiu-se no ar, a caminho de algum cemitério, provavelmente. Se valesse a pena saber o nome do cemitério, iria eu catá-lo, mas não vale; todos os cemitérios se parecem (ASSIS, 1898, p. 6).

Considerações finais

A crônica “O Velho Senado” é um retrato de valor histórico e literário para compreensão da política brasileira. Apesar de apresentar uma visão de 1860, muitas das questões discutidas por Machado permanecem atuais, a saber: a política de favores (a mudança do nome da rua para Gonçalves Dias, a pedido

13. Brandão em “A Grécia de Machado de Assis” se debruça sobre a relação de Machado com os helênicos, que não é de mera absorção, mas de releituras, sobretudo uma releitura de Luciano, como poderíamos chamar de “à brasileira”, pois ao tempo que se alinha à tradição e faz intertextos, também toca em questões nossas enquanto brasileiros, nossa nação e nossa cultura. Portanto, a “Grécia de Machado de Assis não é nenhum espaço sagrado, consagrado, intocável, acabado – pelo contrário, é aquela dimensão em que predomina a imperfeição, isto é, justamente a abertura que permite a outras épocas e lugares uma multiplicação de entenderes” (BRANDÃO, 2001, p. 373).

de um amigo), a corrupção (um obscuro votante que mostra um maço de cédulas); o “coronelismo” (a perpetuação do poder nas mãos de determinado grupo, exemplificado pela vitaliciedade de Itanhaém), a indiferença diante das manifestações populares (Sinimbu que mostra a manifestação a Ouro Preto como se fosse “um trecho de muro”), o silenciamento de vozes quando se chega ao poder representativo (“Algumas vozes vibrantes cá fora, calavam-se lá dentro”), as bajulações em troca de alçar ou manter espaço no poder (a exemplo de Montezuma, que o cronista atribui papel de bajulador), o esquecimento de fatos pela população, que num dado momento repele, noutro acolhe (a demissão de Paranhos e sua posterior aclamação nacional), a manipulação midiática sobre a população (“votantes, incitados pelos artigos da imprensa”). Assim, ao molde de uma litografia de Sisson, ao qual Machado referência mais de uma vez nessa crônica, o autor imprime, por meio da palavra poética, da leveza da crônica e da sátira ao tipo luciânico, a realidade do Senado de 1860 que é um velho senado, mas também um novo, pois a história é cíclica e parece estar numa grande roda gigante a repetir em “novas” roupagens o cenário político brasileiro.

Referências

- ALTHUSSER, L. *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. Tradução de Joaquim José de Moura Ramos. Lisboa: Editorial Presença, 1980.
- ASSIS, Machado de. *O velho senado*. 1898. Disponível em: <<http://machado.mec.gov.br/obra-completa-lista/itemlist/category/26-cronica>>. Acesso em: 13 abr. 2018.
- BERGSON, Henri. *O riso: ensaio sobre a significação da comichão*. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007 (Coleção Tópicos).
- Biografia de Challemeil-Lacour. Disponível em: <https://www.senat.fr/senateur-3eme-republique/challemeil_lacour_paul0315r3.html>. Acesso em: 25 abr. 2018.
- Biografia de Mérimée. Disponível em: <https://www.biografiasyvidas.com/biografia/m/merimee_prosper.htm>. Acesso em: 25 abr. 2018.
- Biografia de Quintino Bocaiúva. Disponível em: <https://www.ebiografia.com/quintino_bocaiuva/>. Acesso em: 25 abr. 2018.
- Biografia de Sisson. Disponível em: <<https://familiasisson.wordpress.com/biografias/a-historia/>>. Acesso em: 25 abr. 2018.
- Biografia de Taine. Disponível em: <https://www.ebiografia.com/hippolyte_taine/>. Acesso em: 25 abr. 2018.
- BORIS, Fausto. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.
- BRANDÃO, Jacyntho Lins. A Grécia de Machado de Assis. In: MENDES, Eliana Amarante de Mendonça; OLIVEIRA, Paulo Motta; BENN-IBLER, Veronika. *O novo milênio: interfaces linguísticas e literárias*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2001. p. 351-374. BRANDÃO, Jacyntho Lins. *A poética do Hipocentauro: literatura, sociedade e discurso ficcional em Luciano de Samósata*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.
- BRAYNER, Sônia. (1982). Metamorfoses machadianas: O laboratório ficcional. In: *Coleção escritores brasileiros: Antologia e estudos*. São Paulo: Ática, 1982. p. 426-436.
- CANDIDO, Antonio. *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas, SP: Ed da UNICAMP; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.
- CARDOSO, Marília Rothier. Moda da crônica: frívola e cruel. In: *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas, SP: Ed da UNICAMP; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.
- FERRAZ, Sérgio Eduardo. *O Império Revisitado: Instabilidade Ministerial, Câmara dos Deputados e Poder Moderador (1840-1889)*. 2012. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Departamento de Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- FREUD, S. *Os chistes e sua relação com o inconsciente*. Tradução de Margarida Salomão. 1ª Edição, Vol. VIII. Rio de Janeiro: Imago, outubro de 1977.

Litografia de Sisson retratando Montezuma. Disponível em: <<https://ihgb.org.br/pesquisa/arquivo/iconografia/item/67519-francisco-g%C3%AA-acaiaba-de-montezuma,-visconde-de-jequitinhonha-retrato-em-1-2-corpo,-1-2-perfil,-barba,-bra%C3%A7os-cruzados-reprodu%C3%A7%C3%A3o-fotogr%C3%A1fica-de-litografia-de-a-sisson,-de-1860.html>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

SÁ REGO, Enylton José de. *O Calundu e a panaceia: Machado de Assis, a sátira menipéia e a tradição luciânica*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989. 193 p. Coleção “Imagens do Tempo”.

SABA, Roberto N. P. F. As “eleições do cacete” e o problema da manipulação eleitoral no Brasil monárquico. *Revista Almanack*. Guarulhos, n. 02, p. 126-145, 2º semestre de 2011.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas Cidades / Editora 34, 2000.

BOAS, Suellen Tanys Vilas. *Sistema Eleitoral Brasileiro: um compêndio de sua gênese, evolução e características*. 2016. Dissertação (mestrado profissional) - Programa de Pós-Graduação em Administração Pública, Universidade Federal de Lavras, Lavras.

VASCONCELLOS, Zacarias de Góes. *Da natureza e limites do poder moderador*. 1860. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/185586>>. Acesso em: 29 abr. 2018.